



O CAMINHAR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

THE PATH OF DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL

Lucia Cristina Vriesmann¹, Izabelle Cristina Garcia Rodrigues², João Luiz Coelho Ribas³

¹Centro Universitário Campos de Andrade –UNIANDRADE, Curitiba/PR,

²Centro Universitário Internacional - Curitiba/PR

³Universidade Positivo, Curitiba/PR

e-mail: luciacristina@gmail.com

RESUMO

Mundialmente, a educação a distância (EaD) teve seus primeiros passos no século XVIII, e desde então passou por várias transformações. No Brasil, ela foi regulamentada com o intuito de democratizar a educação. Diante disso, há interesse em conhecer melhor sua trajetória no país. Assim, o presente estudo teve como objetivo mostrar a evolução dessa modalidade no Brasil e seu atual panorama. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica na base de dados SciELO, órgãos federais oficiais e ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). Os estudos apontam que a EaD surgiu nacionalmente no início do século XX por meio de cursos de correspondência, seguidos de transmissão via rádio e TV, e atualmente utiliza-se da internet. A evolução da EaD acompanhou a evolução das novas tecnologias e sua principal expansão veio com a disseminação da internet, a qual modificou o foco de evolução da EaD. Apesar de existirem diferentes visões sobre a EaD, muitas vezes apontando que há carências em certos aspectos comparativamente à educação presencial, é notável sua gradativa expansão no Brasil. Os dados mais atuais da EaD no Brasil mostram que em 2018 mais de 9,3 milhões de estudantes se matricularam em cursos desta modalidade, em contraste com quase 310.000 alunos em 2004, sendo o maior destaque o Ensino Superior por EaD, após sua regulamentação em 2005. Portanto, ao se avaliar o número de alunos matriculados nos cursos EaD nos dias atuais, observa-se que tem atingido o objetivo da democratização, e com perspectivas de contínua evolução e aperfeiçoamento.

Palavras-chave: EaD. Brasil. Panorama.

ABSTRACT

Worldwide, distance education (EaD) had its first steps in the 18th century, and since then it has undergone several transformations. In Brazil, it was regulated in order to democratize education. Therefore, there is interest in knowing more about his trajectory in the country. Thus, the present study aimed to show the evolution of this modality in Brazil and its current panorama. For this, a bibliographic review was carried out in SciELO database, official federal agencies and ABED (Brazilian Association of Distance Education). Studies show that EaD emerged nationally in the early twentieth century through correspondence courses, followed by radio and TV broadcasting, and currently uses the internet. The evolution of the EaD followed the evolution of the new technologies and its main expansion came with the spread of the internet, which changed the focus of EaD evolution. Although there are different views on distance learning, often pointing out that there are deficiencies in certain aspects compared to face-to-face education, its gradual expansion in Brazil is remarkable. The most current data from EaD in Brazil show that in 2018 more than 9.3 million students enrolled in courses of this modality, in contrast to almost 310,000 students in 2004, with the greatest highlight being Higher Education by EaD, after its regulation in 2005. Therefore, when assessing the number of students enrolled in distance education courses today, it is observed that it has achieved the objective of democratization, and with prospects for continuous evolution and improvement.

Keywords: EaD. Brasil. Panorama.



1. INTRODUÇÃO

Diferentemente do ensino à distância, que está direcionado a atividades de treinamento e instrução, a educação a distância (EaD) é a modalidade de ensino que emprega tecnologias de informação e comunicação para permitir o processo de ensino e aprendizagem entre pessoas que não estejam no mesmo espaço físico¹, podendo ou não haver momentos presenciais. Nessa modalidade educacional, regulamentada por normas legislativas específicas, “alunos e professores estão separados, física e/ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação”², possibilitando a autoaprendizagem ao aluno.

A educação a distância apresenta muitos aspectos positivos, entre eles a possibilidade de novas visões do modo de pensar, ensinar e aprender, democratizando oportunidades educacionais e sociais, possibilitando flexibilidade e obtenção de conhecimento tanto individual como coletivo em virtude dos ambientes virtuais e interativos de aprendizagem³.

Historicamente, a educação a distância no Brasil teve seus primeiros passos no início do século XX e desde então passou por várias transformações. Nos dias atuais é amplamente utilizada no país, abrangendo cursos totalmente a distância, semipresenciais e cursos livres corporativos ou não. Segundo o Censo EAD.BR, realizado em 2019 a partir de dados obtidos de 259 instituições de todo o território nacional, contabilizou-se 9.374.647 alunos na educação a distância em 2018, considerando todos os níveis de cursos^{4,5}.

A expansão da EaD vem sendo progressiva e constante em virtude da necessidade crescente de aprendizado de muitas pessoas sem condições de frequentar presencialmente o ambiente educacional, mas também pelas facilidades que traz (sem limitação de tempo/local), além de apresentar reconhecimento e regulamentação^{5,6}.

Nesse contexto, observa-se a importância da educação a distância no panorama ensino/aprendizagem atual e há interesse em conhecer como foi a evolução dessa modalidade no Brasil e qual o seu atual panorama, sendo estes os objetivos do presente trabalho.

2. METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em busca de publicações na base de dados Scielo, órgãos federais oficiais e Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que atendessem aos descritores: educação a distância, evolução da educação a distância, EaD, histórico da educação e legislação educacional. Os critérios de inclusão foram publicações de sites oficiais da união e artigos do site Scielo com resumo relacionado ao tema, dando-se preferência aos artigos entre 2014 até 2019 e em português. Os estudos que não atendiam aos critérios de inclusão foram excluídos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Evolução da educação a distância no Brasil

No âmbito mundial, a educação a distância teve seus primeiros indícios por meio da educação por correspondência, no século XVIII, nos Estados Unidos. Considerando o cenário nacional, a educação a distância surgiu no século XX, “em decorrência do iminente processo de industrialização, cuja trajetória gerou uma demanda por políticas educacionais que formassem o trabalhador para a ocupação industrial”⁷. As Escolas Internacionais presentes no Brasil, de origem norte-americana, ofertavam cursos por correspondência pagos, havendo orientações impressas de estudo (livros, apostilas e cartas) e exercícios enviados via correios^{8,9}. Em 1904 teve-se registro da primeira formação deste tipo no país, realizada pelo *Jornal do Brasil* e direcionada para datilógrafos, provavelmente para suprir as necessidades do próprio jornal¹⁰.

Após as primeiras iniciativas por correspondência, com a evolução tecnológica, a EaD passou a ser realizada por meio do rádio. Esta modalidade era utilizada principalmente pelos moradores de cidades distantes dos grandes centros, que não tinham fácil acesso as escolas, em sua grande maioria trabalhadores dos meios rurais. Seu foco principal era o ensino profissionalizante. Encontram-se registros de programas de literatura transmitidos em 1923, no Rio de Janeiro. Em 1930 houve a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro Roquette - Pinto, em 1934 da



Rádio-Escola Municipal Rio de Janeiro; e no ano de 1939 a criação do Instituto Rádio Monitor, em São Paulo, que tinha como intuito a educação profissionalizante via rádio^{8,10,11}.

Na década de 1940 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC), em parceria com emissoras a eles associadas, estrearam a Universidade do Ar, em São Paulo, ofertando cursos comerciais transmitidos via rádio, com grande aceitação, chegando a oitenta mil alunos no final da década de estreia¹. Convém destacar neste ponto que, em 1941, a criação do Instituto Universal Brasileiro (que perdura até os dias de hoje como uma das principais instituições de EaD nacionais) oferecendo cursos técnicos na época da ditadura, e depois cursos supletivos, foi importante para qualificar profissionais necessários para o progresso industrial¹².

Posteriormente, nos anos de 1950, diversas emissoras passaram a produzir programas educativos. Em 1957, destaca-se o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). Em 1958, a Arquidiocese de Natal (RN) lançou um sistema de radiodifusão que em 1961 infundiu na criação do Movimento Nacional de Educação Básica (MEB), subsidiado pelo governo federal^{1,8}.

Na década de 60, o MEC solicitou canais UHF e VHF para a TV Educativa. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, surgiu a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa em 1967. Nesse mesmo ano, em Porto Alegre (RS) foi criada a Fundação Padre Landell de Moura, para promoção de educação por meio de som e imagem, além da TV Universitária de Recife (PE). Em 1969, surgiu a Fundação Maranhense de Televisão Educativa⁸, além da criação do SATE (Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais), em âmbito Federal, por meio do Decreto nº. 65.239, de 26 de setembro de 1969, instituindo o rádio, a televisão, o cinema e outras técnicas de comunicação como elementos do sistema educacional¹³.

Na década de 1970 iniciaram-se os cursos transmitidos por meio da televisão, como os telecursos supletivos, compostos de aulas via satélite e fascículos (materiais impressos). Materiais constituídos de fitas de áudio e vídeo e interação por telefone também figuraram na época. Nesta época o Brasil apresentou como destaque o Projeto SACI (Sistema Avançado de

Comunicações Interdisciplinares), no formato de aulas previamente gravadas transmitidas por satélite com apoio do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), além do Projeto Minerva, com apoio do governo para transmissão de programação educativa nacional pela Rádio MEC^{1,9,14}.

Ainda nos anos 70, no campo da educação a distância, destacam-se:

[...]a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) ou Tecnologia Educacional; [...] a fundação Roberto Marinho inicia Educação supletiva à distância para primeiro grau e segundo graus; o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL); [...] a Emissora de Televisão Educativa (TVE) Ceará; o Projeto de Piloto de Teledidática da TVE; Projeto Logos - MEC; Telecurso do 2º grau; Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/ MEC; Projeto Conquista; Programas de alfabetização (Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL)^{8, p. 173}.

Os cursos via televisão e rádio se perpetuaram na década seguinte¹. Assim, nos anos 80 surgem os primeiros cursos de extensão a distância por meio da Universidade de Brasília, e também “[...] Curso de Pós-Graduação Tutorial à distância; TV Educativa do Mato Grosso do Sul; Projeto Ipê; TV Cultura de São Paulo; Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos”^{8, p. 174}.

Na década de 90 houve a criação da Universidade Aberta de Brasília – UAB (Lei 403/92), do Centro Nacional de Educação a Distância (CEAD), o programa TV Escola do Ministério da Educação e a SEED (Secretaria de Educação a Distância, Decreto nº. 1917/96), que tinha o intuito de democratizar e expandir a educação¹.

Neste período foi sancionada a Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e remete a modalidade de educação a distância de forma tímida, entretanto, fez com que essa modalidade passasse a existir oficialmente no Brasil¹⁵.

Nos anos 2000, os principais fatos ocorridos foram:

- a formação da Rede de Educação Superior a Distância (UniRede), composta de 70 instituições públicas de educação em prol da democratização do acesso à educação por meio da EaD^{1,16};



- a implantação pelo MEC de programas de EaD para formação de professores da rede pública, como Pró-Letramento e Mídias na Educação, com desfecho, em 2005, na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, em parceria com estados e municípios, agregando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância¹⁰;
- a regularização da educação a distância por meio do Decreto nº 5.622/2005, que regulamentou o artigo 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional nesta modalidade¹⁷;
- a inclusão da EaD no Plano Nacional de Educação 2001-2010, com intuito de prover ensino superior a 30% da população entre 18 e 24 anos¹⁰; e
- a EaD já regulamentada passa a ser incluída nas legislações educacionais que entram em vigor, como no caso do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e da Portaria nº 10, de 02 julho de 2009¹⁰.

A partir da regulamentação da EaD, em 2005, a forma de transmissão dos cursos EaD estabeleceu-se, de forma quase unânime por meio da internet, baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia, devido ao fato desta ferramenta facilitar o contato entre professor/aluno. As alterações posteriores ficaram por conta da evolução dos ambientes virtuais e da comunicação entre professores e alunos.

Essa trajetória demonstra que a atenção nacional com a EaD passou a mudar de um caráter privado e com ações eventuais para também um modo público e mais intenso. Observa-se que o Governo Federal tornou a EaD uma ferramenta de capacitação docente a partir da criação da UAB, incluiu a EaD nas bases legais do sistema de educação brasileiro, incorporou os alunos de EaD no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e a EaD passou também a fazer parte do rol de atuação do CNE (Conselho Nacional de Educação). Foram também disponibilizadas bolsas de estudo a profissionais ligados a EaD por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tudo isso culminou em uma forma de consolidar e institucionalizar a educação a distância no país¹⁰.

Posteriormente, houve progressos legislativos em relação a EaD. A Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2013, propôs os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD¹⁸ e a Resolução CNE/CES 1/2016, de 11 de março de 2016, estabeleceu Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância¹⁹.

Recentemente, o MEC revogou esta legislação regulamentadora da EaD pelo Decreto Nº 9.057/2017, de 25 de maio de 2017 e Portaria Normativa nº. 11, de 20 de junho de 2017, atualizando-a e propondo várias modificações. A principal delas permitiu o credenciamento de IES (Instituições de Ensino Superior) para cursos de EaD sem a necessidade de terem cursos presenciais credenciados. Assim, podem ser disponibilizados apenas cursos EaD em instituições de ensino superior, o que agiliza o processo de abertura de cursos e amplia a oferta e a qualidade dos cursos^{20,21}, popularizando e dando oportunidades educacionais a todo cidadão que tenha interesse em aprender.

3.2. Implicações da expansão da EaD no Brasil

A evolução da educação a distância foi proeminente após a implantação e massificação do uso da internet, levando a uma grande disseminação desta modalidade de ensino, em diferentes níveis e atendendo a uma grande parte da população. Hoje se tem disponíveis cursos técnicos, profissionalizantes, de aperfeiçoamento, de graduação, pós-graduação, entre outros. São oferecidos cursos nas modalidades totalmente à distância e semipresenciais, em instituições públicas e privadas, de modo a facilitar o acesso à educação de acordo com as possibilidades de cada indivíduo.

Entretanto, são reportadas dificuldades da EaD^{22,23,24,25,26}, o que demonstra que mesmo após a estabilidade quanto ao formato utilizado para a transmissão pelas instituições de ensino, outros problemas surgiram e estes devem ser superados, ou seja, a educação a distância continua em processo de evolução e aperfeiçoamento.

As ações de democratização da



educação surtiram resultados, principalmente entre as instituições superiores de ensino particulares. Contudo, isto fez com que a educação se tornasse um mercado rentável e questionável: “ocorre mundialmente um crescimento desmedido e praticamente sem controle da oferta privada desse tipo de ensino.”^{27, p. 34}

Souza, Franco e Costa²⁸ concordam com os autores supracitados e destacam a importância de alterar a visão da EaD pela sociedade. Destacam que em sua grande maioria os discentes buscam a EaD e acabam deparando-se com uma realidade completamente diferente do ensino presencial e entram em choque ao se encontrarem como gestores do seu conhecimento, visto que o EaD possui um processo de ensino horizontal, caracterizado pela aprendizagem por meio de uma rede colaborativa.

Esta problemática deve ser resolvida utilizando-se de estratégias motivacionais para aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), que estimulem o aprendizado por meio de AVAs convidativos que facilitem o acesso aos conteúdos e ao esclarecimento de dúvidas, por meio da discussão entre alunos/alunos e alunos/professores²⁹.

Isso denota um novo campo que precisa de aperfeiçoamento e evolução: a comunicação, sendo este um dos temas que mais despertam discussão, visto que mesmo com o auxílio da internet, este continua sendo a principal problemática da educação a distância³⁰.

A questão da comunicação na educação a distância e exprimem a importância da comunicação entre aluno/professor/tutor/instituição nesta modalidade. Destacam que o tutor/professor é o facilitador no processo de ensino-aprendizagem, onde essa interação é realizada por meio do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.^{31, 32, 33,34}

Schneider e Moraes expõem que a comunicação “carrega uma ambiguidade, que está representada por dois extremos; primeiro, transmitir algo que foi apropriado e depois é passado para outro”^{23, p. 308} e para os autores este processo não é realizado na Educação a distância.

Este mesmo pensamento é corroborado por Cardoso³⁵ que relata que a comunicação é item fundamental para aprendizagem. Para a

autora, a comunicação deve ser estimulada na Educação a distância, não apenas entre professor/aluno, mas também aluno/aluno, pois esta promove o desenvolvimento de habilidades interpessoais.

A capacidade de fazer parte de um grupo, de se comunicar com colegas e outros profissionais, de negociar com clientes, demonstrando habilidades de comunicação, são necessidades atuais dos cidadãos e, portanto, fundamentais para o sucesso pessoal e profissional do indivíduo. Assim, a interação torna-se mais do que parte do processo de aprendizagem, sendo considerada, também, um objetivo educacional^{35, p. 384}.

Coelho e Tedesco chamam a atenção para o fato da perda da linguagem corporal que a comunicação realizada por meio da tecnologia traz. Para isso, os autores destacam que é preciso utilizar-se da aprendizagem colaborativa, realizada por meio da presença social ou “percepção do indivíduo sobre a maneira como ele se sente na interação com os outros”^{36, p. 611}.

3.3. EaD no Brasil após regulamentação

Apesar da EaD ter ainda certas limitações, é visível sua contínua expansão e aprimoramento. Isso está relacionado a vários fatores, dentre os quais destacam-se o avanço da tecnologia da informação e comunicação, com seus mais diversos recursos e inovações, permitindo a existência de ambiente diversificados e novas metodologias educacionais à distância; o amparo legal para a educação a distância, que acabou incentivando a abertura de cursos EaD; a necessidade da oferta e ensino superior em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, permitindo o acesso à educação garantido constitucionalmente; e o estímulo, tanto federal, quanto estadual e municipal, à educação superior a distância³⁷.

Observa-se também que a procura por cursos EaD vem crescendo diariamente no Brasil, especialmente pela maior flexibilidade desta modalidade. Em 2005, ano da regulamentação das bases legais do ensino superior por EaD no Brasil, houve um crescimento de 62,6% no número de estudantes matriculados em cursos EaD de instituições oficiais em relação ao ano anterior, com um aumento de 74% nos cursos de graduação a



distância ofertados no mesmo período, e o número de vagas em cursos de graduação saltando 274%³⁸. Aqui convém lembrar que as matrículas em cursos de EaD eram próximas a zero nos anos 2002-2003³⁹.

Ao final de 2006, houve crescimento de 36% no número de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino (MEC e Conselhos Estaduais de Educação) a ofertar EaD, totalizando 225 unidades, aumentando seus alunos em 150% (778.458 alunos em 2006), além de serem lançados 373 novos cursos EaD, chegando a 889 cursos a distância distribuídos nestas³⁸.

De 2007 a 2018, o número de ingressantes em cursos de graduação aumentou 259% na modalidade EaD. De um número total de 3.445.935 de ingressos em cursos de graduação, 1.373.321 corresponderam aos cursos de educação a distância, ou seja, 2 a cada 5 estudantes cursa graduação EaD, mostrando que a esta modalidade representa uma participação cada vez maior na educação superior do Brasil (BRASIL, 2019; INEP/MEC, 2018). Entre os possíveis fatores envolvidos com o crescimento de alunos em graduação à distância é que esta agregou públicos como pessoas de maior idade e estudantes de segunda graduação, além do incentivo decorrente das modificações das regras dos cursos EaD e das condutas do poder público visando um ensino de qualidade por meio desta modalidade³⁹.

Quanto à evolução das matrículas em cursos de graduação, a modalidade EaD englobava apenas 7% da totalidade em 2007, passando a 15,8% em 2012, e 24,3% em 2018, com mais de 2 milhões de estudantes atendidos em 2018, em contraste com certa queda das matrículas na modalidade presencial entre 2016 e 2018^{40,41}.

Os dados de educação do ano de 2019, quando disponibilizados, provavelmente mostrarão que a tendência é a continuidade do crescimento da modalidade EaD, especialmente devido a atualização da legislação regulamentadora desta em 2017, como estratégia do MEC para ampliar a oferta da educação em nível superior no Brasil e desta forma, cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

4. CONCLUSÃO

A educação a distância vem ganhando

espaço e popularização cada vez maiores no sistema de educação nacional, com expansão expressiva a partir de 2005, favorecida tanto pela sua regulamentação nacional específica quanto pelo avanço da tecnologia da informação e internet, e por incentivos oriundos do poder público, destacando-se aqueles relacionados especialmente ao ensino superior nessa modalidade. Grandes ganhos foram obtidos após 2017, com a regulamentação da possibilidade de ofertar cursos EaD não atrelados à obrigatoriedade da existência de cursos presenciais nas instituições de Ensino Superior. As tendências apontam ampliações da educação a distância, de forma a continuar contribuindo para a democratização da educação aos diferentes cantos do Brasil, e disponibilizando uma forma de tentar suprir as demandas econômicas e profissionais atuais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Costa AR. A educação a distância no Brasil: Concepções, Histórico e bases legais. *Rev Cient Fasete*. 2017; 1:59-74.
2. Ministério da Educação. O que é educação a distância? Portal do MEC, s/d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia>>.
3. Martins K, From DA. A importância da educação a distância na sociedade atual. *Assessoritec*. 2016; 1-8. Disponível em: <<https://www.assessoritec.com.br/wp-content/uploads/sites/641/2016/12/Artigo-Karine.pdf>>.
4. Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba: InterSaberes, 2019. 215p. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf>
5. Christo D, Garcia IF, Rodrigues ICG, Ribas JLC, Berte R, Santos VLP. O uso de tecnologias da informação e comunicação para o acompanhamento dos alunos de Pós-Graduação EaD. *Anais do 22º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância*; 2016, 19-23 set. Águas de Lindóia, SP; 2016.



6. Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba: InterSaber, 2018. 76p.
7. Lopes MCLP, Dorsa AC, Salvago BM, Sanavria CZ, Pistori J. O Processo Histórico da Educação a Distância e suas Implicações: Desafios e Possibilidades. Rev Unicamp - VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil; 2006, 10-13 de julho. Campinas, SP; 2006.
8. Hermida JF, Bonfim CRS. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. Rev Histedbr On-line. 2006; n. especial:166-181.
9. Lemgruber MS. Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf>.
10. Correia-Neto JS, Valadão JAD. Evolução da educação superior a distância no Brasil: uma análise a partir de processos de institucionalização. Rev Gual. 2017; 10(3):97-120.
11. Kenski VM. Os desafios da Educação no Brasil. Rev Educação em Foco. 2010; 2:1-13.
12. Faria AA, Vechia A, Mocelin MR, Ferreira NSC. A história da educação a distância no Brasil. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; 2011, 7-10 nov; Curitiba, PR, 2011.
13. Brasil. Decreto nº 65.239, de 26 de Setembro de 1969. Cria Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais. Diário Oficial da União 1969; 29 set.
14. Saraiva T. Educação a distância no Brasil: lições da história. Em Aberto. 1996; 70:17-27.
15. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União 1996; 23 dez.
16. Assumpção GS, Castro AC, Chrispino Á. Políticas Públicas em Educação Superior a Distância - Um estudo sobre a experiência do Consórcio Cederj. Ensaio: Av Pol Públ Educ. 2018; 26 (99):445-470.
17. Brasil. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394: Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União 2005; 20 dez.
18. Brasil. Portaria Normativa SERES/MEC (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior/Ministério da Educação) nº 1, de 14 de janeiro de 2013. Procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD. Diário Oficial da União 2013; 15 jan.
19. Brasil. Resolução CNE/CES/MEC (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior/Ministério da Educação) nº. 1/2016, de 11 de março de 2016. Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Diário Oficial da União 2016; 14 mar.
20. Brasil. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394: Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União 2017; 26 mai.
21. Brasil. Portaria Normativa MEC nº. 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância. Diário Oficial da União 2017; 21 jun.
22. Silva DM, Leal EA, Pereira JM, Oliveira Neto JD. Estilos de aprendizagem e desempenho acadêmico na Educação a Distância: uma investigação em cursos de especialização. Rev Bras Gest Neg. 2015; 17(57):1300-1316.
23. Schneider MBD, Moraes RA. Os processos comunicacionais na política de formação de professores a distância. Educ Ver. 2015; 55:307-321.
24. Karpinski JA, Mouro NFD, Castro M, Lara LF. Fatores críticos para o sucesso de um curso em EaD: a percepção dos acadêmicos. Avaliação: RAIES. 2017; 22(2):440-457.



25. Nascimento JPR, Vieira MG. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. *Ensaio: Aval Pol Públ Educ.* 2016; 24(91):308-336.
26. Slomski VG, Araujo AMP, Camargo ASS, Weffort EFJ. Tecnologias e mediação pedagógica na educação superior a distância. *J Inf Syst Technol Manag.* 2016; 13(1):131-150.
27. Mancebo D, Vale AA, Martins TB. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Rev Bras Educ.* 2015; 20(60):31-50.
28. Souza S, Franco VS, Costa MLF. Educação a distância na ótica discente. *Educ Pesqui.* 2016; 42(1):99-114.
29. Beluce AC, Oliveira KL. Escala de estratégias e motivação para aprendizagem em ambientes virtuais. *Rev Bras Educ.* 2016; 21(66):593-610.
30. Hernandez PR. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. *Ensaio: Aval Pol Públ Educ.* 2017; 25(95):283-307.
31. Silva AN, Santos AMG, Cortez EA, Cordeiro BC. Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva.* 2015; 20(4):1099-1107.
32. Nunes EBLLP, Pereira ICA, Brasileiro TSA. A interação como indicador de qualidade na avaliação da educação a distância: um estudo de caso com docentes, tutores e discentes. *Avaliação: RAIES.* 2018; 23(3):869-887.
33. Diedrich MS, Valerio OS, Rigo KA. A dinâmica interacional em salas de aula virtuais: recursos de oralidade nos materiais didáticos escritos. *Ling (Dis)curso.* 2017; 17(3):349-359.
34. Almeida HRFL, Borba MC. Interações colaborativas e o papel do aluno na polidocência. *Ciênc Educ.* 2018; 24(2):431-448.
35. Cardoso ACS. O feedback aluno-aluno em um ambiente virtual de aprendizagem. *Trab Linguist Apl.* 2018; 57(1):383-409.
36. Coelho WG, Tedesco PCR. A percepção do outro no ambiente virtual de aprendizagem: presença social e suas implicações para Educação a Distância. *Rev Bras Educ.* 2017; 22(70):609-624.
37. Arruda EP, Moreira G, Corradi W, Pereira CM, Gomes SS. A educação a distância no contexto educacional da UFMG: Dimensão histórica, ações de planejamento e avaliação. In: *Artigos e textos sobre avaliação, UFMG-Diretoria de Avaliação Institucional.* Belo Horizonte: UFMG, 2016.
38. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância - ABRAEAD. 3ª. ed. São Paulo: Instituto Monitor. 2007:24-25.
39. Lorenzoni I. Censo mostra que ingresso de alunos cresceu 8,5% em 2008. Portal do MEC, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32123>.
40. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.
41. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (INEP/MEC) - Censo da Educação Superior 2017. Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>.